



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Cadastro para verificação dos requisitos legais e estatutários exigidos para indicação de Conselheiro Fiscal de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista municipais, com receita operacional bruta inferior a R\$ 90 milhões, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

DADOS GERAIS

Nome completo:	
CPF:	Sexo:
Cargo efetivo:	
Função comissionada:	Código da função:
Telefone profissional:	Telefone pessoal:
E-mail profissional:	
E-mail pessoal:	
Cargo para o qual foi indicado:	
Empresa à qual foi indicado:	
Setor de atuação da empresa:	

REQUISITOS - Necessidade de comprovação documental (itens 1, 2, 3, 5 e 7)

1. Possui certificação técnica em governança corporativa expedida por entidade reconhecida?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
2. Tem diploma em curso de nível universitário?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
3. Tem formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
4. Qual a área de sua formação acadêmica mais aderente ao cargo para o qual foi indicado?	
5. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: <input type="checkbox"/> 03 anos em cargo de direção ou assessoramento na administração pública. <input type="checkbox"/> 03 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) em empresa. <input type="checkbox"/> 03 anos como Conselheiro Fiscal.	
6. Dos itens assinalados no item 5, descreva a experiência mais aderente ao cargo de Conselheiro Fiscal:	
7. Possui notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
8. Qual é o elemento mais aderente para indicar seu notório conhecimento compatível com o cargo de Conselheiro Fiscal?	
9. É residente no Brasil?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
10. Cumpre as exigências do estatuto social da empresa municipal, que foi lido e verificado pelo indicado?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

REPUTAÇÃO ILIBADA E VEDAÇÕES

Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º - I	
11. É pessoa inalistável ou analfabeto?	() sim () não
12. É membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa ou das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?	() sim () não
13. Foi Presidente ou Vice-Presidente da República, Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?	() sim () não
14. Tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() sim () não
15. Foi condenado criminalmente, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo? 01. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 02. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 03. contra o meio ambiente e a saúde pública; 04. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 05. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 06. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 07. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 08. de redução à condição análoga à de escravo; 09. contra a vida e a dignidade sexual; 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.	() sim () não
16. Foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() sim () não
17. Teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição?	() sim () não
18. Foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() sim () não
19. Exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?	() sim () não
20. Foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?	() sim () não
21. Foi Presidente ou Vice-Presidente da República, Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito ou Vice-Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?	() sim () não
22. Foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?	() sim () não

23. Foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?	() sim () não
24. Foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?	() sim () não
25. Foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?	() sim () não
26. É pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?	() sim () não
27. É magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() sim () não
Lei 6.404/76, art. 147: Lei da S.A.	
28. É pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?	() sim () não
29. É pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários?	() sim () não
30. Ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal?	() sim () não
31. Tem interesse conflitante com a empresa?	() sim () não
32. É membro de órgão de administração, empregado de sociedade controlada ou do mesmo grupo, ou é cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia?	() sim () não
33. É empregado da companhia?	() sim () não
Estatuto Social	
34. Enquadra-se em qualquer vedação prevista no estatuto social da empresa?	() sim () não
35. Enquadra-se na relação de inabilitados pelo TCU, TCE ou TCM?	() sim () não

COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

O indicado está ciente da necessidade de anexar à presente declaração os respectivos documentos que atestam o atendimento dos itens 1, 2, 3, 5 e 7 do presente formulário, quais sejam:	
ITEM	MEIOS DE COMPROVAÇÃO
1. Certificação técnica em governança corporativa expedida por entidade reconhecida.	• Cópia da certificação (frente e verso).
2. Tem diploma em curso de nível universitário?	• Cópia do diploma de graduação (frente e verso).
3. Formação acadêmica mais aderente ao cargo de Conselheiro de Administração da empresa para a qual foi indicado.	• Cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso). • Cópia de atestado ou de carteira de identidade emitida por entidades reguladoras da classe (ex.: CREA, OAB, etc.) (frente e verso).
5. Dentre os itens abaixo, trazer a comprovação daquele que descreva a experiência mais aderente ao cargo de Conselheiro Fiscal da empresa para a qual foi indicado.	
03 anos em cargo de direção ou assessoramento na administração pública.	• Ato de nomeação e de exoneração.
03 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) em empresa.	• Ato de nomeação e de exoneração, se houver; • Declaração da empresa/órgão; • Registro em carteira de trabalho.
03 anos como Conselheiro Fiscal.	• Ato de nomeação e de exoneração.
7. Notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado.	• Cópia do diploma de graduação (frente e verso); • Ato de nomeação e exoneração, se houver; • Registro em carteira de trabalho; • Declaração da empresa/órgão.

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas possam acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados para os fins a que se destinam.

Local e data

Assinatura do(a) indicado(a)